



Legislativo-SP

Faltas de deputados inviabilizam 4 de cada 10 reuniões de comissão da Alesp

— Órgãos fixos da Assembleia têm como principal finalidade a apreciação técnica de requerimentos e proposições e o aval para que um projeto de lei vá ao plenário da Casa

JULIANO GALISI

O encontro entre deputados tinha pauta, data e hora para ocorrer e, no último instante, foi adiado. A cena se repetiu 102 vezes na Assembleia Legislativa de São Paulo, o que representa 41,8% do total de reuniões convocadas nas comissões permanentes da Legislativa paulista em 2023. Das 244 reuniões marcadas, 62 não atingiram quórum e 40 foram canceladas. O levantamento do **Estadão** desconsiderou as reuniões especiais, destinadas apenas às eleições de presidente e vice em cada comissão.

As comissões permanentes são órgãos fixos da Casa e têm como principal finalidade a apreciação técnica de requerimentos e proposições relacionadas a determinado tema. Antes de um projeto de lei ser pautado no plenário, é necessário aval do colegiado relativo ao assunto do texto. Em geral, as comissões deveriam servir para debates mais aprofundados e abrangentes sobre questões de interesse da sociedade.

“O presidente (da Alesp) tem convocado vários congressos de comissões de um dia para o outro, então acabamos tendo deputados participando do congresso”

Paulo Corrêa Jr. (PSD)
Presidente da Comissão de Turismo

De acordo com a assessoria de imprensa da Assembleia, o regimento interno da Casa não estabelece um parâmetro mínimo de atividade para as comissões permanentes. No entanto, as ausências constantes afetam o andamento das iniciativas legislativas, na avaliação do cientista político Marco Antônio Teixeira. “Eu diria que está faltando um maior engajamento, um envolvimento por parte dos membros dessas comissões”, disse Teixeira, que é professor do Departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP).

Questionados, os presidentes das comissões mais faltos

as alegaram conflito de agenda para as datas em que as reuniões estavam marcadas. Segundo o deputado Paulo Corrêa Jr., líder do PSD na Assembleia e presidente da Comissão de Turismo, a votação do projeto de lei relativo à privatização da Sabesp afetou a presença dos colegas no colegiado.

“O presidente (da Assembleia, André do Prado, do PL) tem convocado vários congressos de comissões de um dia para o outro, então acabamos tendo deputados que são membros da comissão participando do congresso, uma vez que esse projeto teve celeridade para ser colocado em plenário”, disse o líder do PSD.

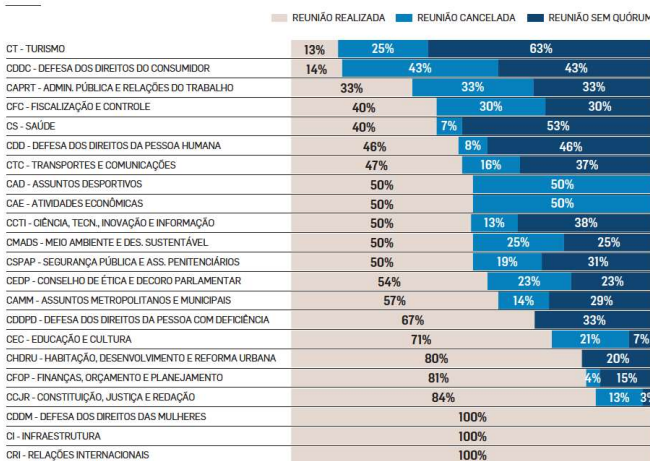
De acordo com o deputado Jorge Wilson (Republicanos), líder do governo Tarcísio de Freitas e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, é importante que todos os deputados membros de comissões estejam nos congressos. Além dessas reuniões conjuntas, Wilson alegou que há, muitas vezes, um conflito na própria agenda da Assembleia. É recorrente, por exemplo, que um deputado, ao ter mais de uma reunião de comissão no dia, tenha de escolher a qual encontro comparecerá. “É normal, muitas vezes não dá quórum”, justificou.

GESTÃO. Para o professor Marco Antônio Teixeira, esse argumento dos parlamentares “não deve ser tido como desculpa”, cabendo aos deputados investirem mais na eficiência dos institutos já estabelecidos no Parlamento. “Isso mostra um problema de gestão, ou seja, a Alesp não está fazendo a gestão no sentido de maximizar seu funcionamento. Se é recorrente, é porque não se interessam em resolver isso”, afirmou o cientista político.

Em 30 de novembro, a reportagem questionou Paulo Corrêa Jr. se mais uma reunião da Comissão de Turismo seria convocada até o fim do ano legislativo. Até aquele momento, só uma das sete audiências marcadas na atual legislatura tinha sido realizada. “Sim, pretendemos convocar mais uma até o final do ano”, respondeu o deputado. Uma reunião foi convocada para 12 de dezembro, mas acabou cancelada.

PRESEÇA

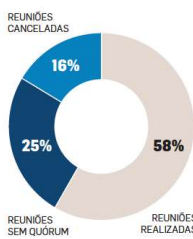
No total, mais de 40% das reuniões nas comissões permanentes da Assembleia não ocorreram



FONTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

COLEGIADOS

62 reuniões não atingiram quórum (25%) e 40 acabaram canceladas (16%)



FONTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Sobre o quórum, o presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor minimizou o “fator presença” e disse que o essencial é a produtividade do colegiado. “Importante é deliberar sobre os projetos, como ontem”, disse Jorge Wilson em 6 de dezembro, ao citar o encontro do dia ante-

rior. “Na próxima semana, estaremos limpando a pauta”, afirmou o deputado. Na semana seguinte, a reunião convocada na comissão foi cancelada.

PAUTA ESVAZIADA. A Comissão de Turismo, com o maior registro de faltas, foi criada em fevereiro de 2023, por meio de uma resolução. A norma, que também instituiu a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, desmembrou a pauta do turismo do colegiado em que vinha sendo debatida até então, a de Atividades Econômicas.

Dessa forma, os assuntos relativos à Comissão de Atividades Econômicas foram esvaziados. Em 26 de abril, o colegiado elegeu presidente e vice e, desde então, só convocou mais duas reuniões: uma em 8 de novembro, que foi cancelada, e outra em 12 de dezembro, que debateu sete itens acumulados ao longo de dez meses.

“São decisões políticas”, disse Teixeira, sobre o desmembramento da Comissão de Atividades Econômicas. O professor ressaltou que a gestão das comissões permanentes faz parte do jogo político, uma vez

que os órgãos são “arenas” para uma série de decisões. “Quando se cria uma comissão, você cria estrutura de poder, de representação, mobilizam-se funcionários.”

Apesar de o índice total de faltas ou cancelamentos passar dos 40%, nem todas as comissões seguiram essa tendência. Três colegiados permanentes realizaram 100% das reuniões convocadas ao longo do ano passado: o de Defesa dos Direitos da Mulher, o de Infraestrutura e o de Relações Internacionais.

FUNÇÃO. Para além dos pareceres antes que os projetos sejam votados em plenário, as comissões permanentes têm amplo escopo de atuação, o que inclui fiscalizar secretarias e autarquias, promover estudos para políticas públicas, convocar oitivas com autoridades e receber petições.

Cada comissão possui 11 ou 13 membros. A formação do colegiado obedece a critério de proporcionalidade das bancadas. Atualmente, a Assembleia mantém 21 comissões permanentes, além do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. ●